

EDITORIAL



A 21ª Edição da Revista Gralha Azul, periódico jurídico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, está imperdível e chega as mãos do leitor com trabalhos de imensurável relevância jurídica e acadêmica.

São 7 (sete) textos elaborados por gabaritados juristas e catedráticos do Direito que trazem temas como "A proteção da vida privada e as violações na internet". De autoria da Jurista Rogéria Fagundes Dotti, o trabalho tem por objetivo analisar o cenário atual desses conflitos gerados pelas manifestações na internet, valendo-se de relevantes lições doutrinárias. Busca ainda tratar das orientações que prevalecem nos tribunais superiores (STJ e STF) em relação à matéria.

Outro tema de destaque é o artigo do Desembargador Augusto Reis de Macedo desenvolvido em coautoria com o Advogado Dr. Felipe Matheus da Silveira Quege, intitulado "Os ISS-FIXO e as sociedades de assessorias de investimento. Comumente denominado como "ISS-FIXO", o regime de apuração do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza devido pelos serviços prestados por profissionais liberais sob atuação e responsabilidade própria, inclusive mediante sociedades, calculado sobre bases fixas, é, desde sempre, motivo de amplo debate para a doutrina especializada e para todos os tribunais competentes para julgar o tema, especialmente o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

Na sequência, o Juiz de Direito Titular da 4ª Turma Recursal do Poder Judiciário do Paraná, Dr. Tiago Gagliano Pinto Alberto apresenta o interessante trabalho "Valorando a prova oral com o

EDITORIAL

CBCA – os 19 (dezenove) critérios de avaliação da credibilidade do testemunho. O autor discute o processo de avaliação da prova oral no contexto jurídico, confrontando a decisão entre valorar a prova pelo conteúdo do depoimento ou pela classificação legal de quem depõe. Utilizando-se de metodologia exploratória, com amparo em fontes bibliográficas e artigos, Dr. Tiago questiona a eficácia da prova legal, considerada obsoleta, e propõe a análise de testemunhos através da metodologia do *Criteria-Based Content Analysis* (CBCA).

De igual modo, o Desembargador José Sebastião Fagundes Cunha em coautoria com o Advogado, Dr. Acyr Antunes das Neves Filho, apresenta o artigo “O prazo decadencial do mandado de segurança e a ausência de justificativa constitucional”. O texto traz um panorama da evolução histórica do mandado de segurança no direito brasileiro, tratando da sua inserção na legislação brasileira e das principais alterações ocorridas no tempo em decorrência de inovações legislativa e alternâncias de regimes constitucionais.

Ainda nesta edição “A presunção de imprescindibilidade dos cuidados maternos para a concessão de prisão domiciliar” é tratada pelo Servidor Adriano Vottri Bellé. O autor aventa a importância da prisão domiciliar, cautelar ou em execução penal, para mães de crianças menores de doze anos. A separação de uma mãe de seu filho normalmente tem consequências significativas no desenvolvimento e no bem-estar da criança, e pode contrariar as disposições do ordenamento jurídico quanto à proteção integral dos infantes. A pesquisa apresenta aspectos conceituais, humanitários e comparativos do instituto, mas objetiva precisamente verificar se a mãe encarcerada deve provar que seus cuidados são imprescindíveis para seu filho, ou este requisito é presumido e só pode ser afastado com prova em sentido oposto.

A seguir, os autores Agenor de Lima Bento e Demetrius Nichele Macei discorrem sobre o “Compliance Penal: aspectos introdutórios”. Uma das principais contribuições do trabalho refere-se à mitigação de riscos das companhias.

Por fim, como contribuição a esta edição, apresenta-se o artigo “Jurimetria e principais indicadores do judiciário paranaense”, desenvolvido em coautoria com o Doutor Rodrigo Luís Kanayama e com a Servidora Adriane Garcel Chueire Calixto. O artigo tem por escopo compreender a jurimetria como metodologia aplicável a busca pela efetividade no contexto do judiciário paranaense e apresenta como problemática a análise da aplicação da metodologia qualitativa ao Direito.

A todos, uma produtiva leitura

Ramon de Medeiros Nogueira¹

Diretor da Escola Judicial do Paraná – EJUD/PR

¹ Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.